



CARTA ABERTA A POPULAÇÃO E ÀS CANDIDATURAS AO EXECUTIVO E AO LEGISLATIVO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES, através do núcleo Bahia, congregando profissionais, estudantes, trabalhadores e demais cidadãos que lutam pela efetiva garantia do direito social à saúde, convoca a população de Salvador a discutir a situação vergonhosa da Saúde na nossa cidade e a considerar na escolha do voto as proposições aqui colocadas.

Salvador, município mais populoso do Nordeste, com 2.921.087 habitantes, apresenta um quadro de grande desigualdade social que repercute nas condições de vida e saúde da população. A análise das informações relativas à morbimortalidade evidencia um perfil epidemiológico caracterizado pela tripla carga de doenças, que se apresenta nos altos índices de doenças crônicas, cujos fatores de riscos incluem o sobrepeso, a obesidade, a inatividade física, o estresse, o tabagismo e a alimentação inadequada, ao tempo em que se observa forte crescimento dos índices de acidentes de trânsito e de trabalho, homicídios e suicídios, relacionados com o incremento da violência social em suas diversas formas, inclusive violência doméstica, sem que se tenha consolidado o controle de doenças infecciosas, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva, como atestam os dados relativos às epidemias de dengue e zika, bem como o alto índice de doenças de transmissão sexual, a exemplo da sífilis.

O enfrentamento desta situação exige o firme compromisso dos dirigentes municipais e dos vereadores da cidade com a implementação da Política de Saúde definida na Constituição Federal de 1988, qual seja, a efetiva construção do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, o que pressupõe o empenho da Prefeitura e da Câmara de Vereadores em garantir os recursos necessários para o financiamento do sistema, o aperfeiçoamento da gestão da rede de serviços, especialmente da gestão de pessoal envolvido direta e indiretamente na prestação de serviços e o fortalecimento da participação popular, visando à adequação permanente do sistema aos problemas, necessidades e demandas da população, principalmente os que dependem exclusivamente do SUS para efetivar, na prática, o direito à saúde conquistada ao longo dos últimos 40 anos.

A análise do processo de implantação do SUS em Salvador, entretanto, revela que a maioria dos prefeitos que governaram a cidade nesse período, nunca se comprometeu de verdade para fazer o SUS funcionar. Dados do Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br) apontam que o município ocupou a última posição em gastos com a saúde no Nordeste e a 24ª posição no Brasil no ano de 2015, aplicando apenas R\$ 414,07 per capita, o que equivale a R\$ 1,15 por dia. Apesar de ser a quarta maior cidade do país (IBGE, 2016), Salvador ocupa a última posição entre as capitais no que diz respeito à cobertura (29,3%) do Programa de Saúde da Família (PSF) e está na 24ª posição no que se refere à cobertura (31%) do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). O número de Unidades Básicas de Saúde em nossa cidade (120)

também é menor do que em capitais com menos habitantes como João Pessoa (130), Belo Horizonte (147) e Recife (149).

Além da insuficiência de infraestrutura, diversos obstáculos limitam terrivelmente o acesso da população aos serviços, tais como: a ineficiência do agendamento de consultas, gerando demora na marcação e aumento das filas; o número insuficiente de vagas para atendimentos e falta de informações sobre as mesmas; a grande demora entre o período de marcação e a realização de consultas; a limitada oferta de exames e serviços especializados; e o reduzido horário de funcionamento das unidades, geralmente incompatível com as necessidades das pessoas que trabalham e estudam. Boa parte destes obstáculos existe em decorrência de opções políticas adotadas ao longo dos últimos anos, a exemplo da excessiva terceirização/privatização da gestão/prestação de serviços públicos de saúde, como vem ocorrendo com a gestão das Unidades de Pronto Atendimento - UPA e dos Multicentros de Saúde, e a compra de serviços da rede privada que cria as “duplas portas” de entrada, fato que desrespeita princípios básicos do SUS, como o acesso universal, sem privilégios ou discriminação.

A desconsideração do interesse público e a fraca regulação dos serviços privados decorre de uma gestão pública “partidarizada” e do clientelismo político, que se expressa no predomínio de interesses particulares e de grupos no aparelho estatal, através de um número excessivo de cargos de confiança bem como da indicação de dirigentes, técnicos, funcionários e empresas contratadas por critérios não-transparentes. Desrespeita-se inclusive o Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos, que determina a obrigatoriedade da ocupação de 50% dos cargos em comissão por servidores públicos. A isso, se acrescenta a grande insuficiência de pessoal em determinadas áreas, a carência de políticas de capacitação e de estímulos à fixação de profissionais em bairros periféricos, e uma gestão que constrange a autonomia e a participação dos trabalhadores nas decisões que afetam diretamente suas condições de trabalho e a prestação de serviços de saúde.

Para piorar a situação, é forçoso constatar que atravessamos uma conjuntura política extremamente desfavorável ao processo de consolidação do Direito Universal à Saúde no país, o que exige uma atenção redobrada na escolha dos nossos dirigentes e representantes, pois o próximo prefeito (a) governará o município em um período marcado pela adoção de políticas neo-liberais que tendem a desconstruir os avanços conquistados pelo processo de Reforma Sanitária Brasileira, especialmente o SUS constitucional. Nesse sentido, temos acompanhado e nos posicionado contrariamente à formulação e aprovação de dispositivos legais/normativos federais que impactam diretamente o SUS como é o caso da EC 86/2015, que, de 2015 a 2016, significará uma perda real em torno de 15,6 bilhões de Reais no financiamento federal da saúde, e da PEC 241/2016 que está tramitando no congresso e caso aprovada, acrescentará a essa perda 2,8 bilhões em 2017, 7,4 bilhões em 2018, chegando a 23,9 bilhões de Reais em 2019, segundo estimativas de estudo técnico da própria Câmara dos Deputados.

Diante deste cenário, o CEBES-BA apresenta um conjunto de propostas voltadas para a efetivação do Sistema Único de Saúde em Salvador a serem consideradas e discutidas pela população e pelos candidatos, em suas campanhas e eventualmente em seus mandatos:

- **Prioridade absoluta para as necessidades de saúde dos cidadãos**, fortalecendo a concepção dos Distritos Sanitários na organização dos serviços de saúde, de modo a assegurar o direito dos usuários do SUS na atenção e no cuidado à saúde.
- **Extinção de filas evitáveis nos serviços de saúde**, através da qualificação de sistema de marcação de consultas, presencial e por telefone (em todos os turnos da semana e para todas as especialidades) e da criação de lista de espera, diminuindo o tempo de aguardo na fila e o período entre agendamento e a consulta.
- **Melhoria do acolhimento ao usuário na unidade**, com não rejeição à demanda (ou seja, sem “mandar voltar”); escuta humanizada, sensível e qualificada por parte dos profissionais; criação do terceiro turno (noturno) de funcionamento das unidades e serviços de saúde; espaço físico adequado, pessoal qualificado e motivado e fim da “dupla porta” de entrada na rede privada contratada, que segrega e discrimina os usuários do SUS.
- **Ampliação da capacidade instalada da rede municipal**, respeitando as normas do SUS que consideram a Atenção Básica enquanto ordenadora das redes de atenção à saúde e coordenadora do cuidado, através de: Fortalecimento da Atenção Básica com ampliação da cobertura da Saúde da Família para no mínimo 70% da população; construção de pelo menos 100 novas unidades básicas de saúde; ampliação da oferta de exames especializados, com organização de uma rede integrada de serviços sob a responsabilidade do serviço que faz o encaminhamento; ampliação do SAMU 192; qualificação dos serviços de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência da rede municipal;
- **Introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais**, modernizando a regulação do acesso aos serviços de saúde através do cartão nacional de saúde e da gestão de redes e de territórios assistenciais.
- **Redefinição da relação com o setor privado** com definição de responsabilidades sanitárias, transparência e fiscalização dos serviços contratados e conveniados, bem como, dos atendimentos prestados pelos planos privados de saúde.
- **Implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos**, com efetivação da carreira pública a partir da regulamentação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas e do cumprimento do art.54, que determina a obrigatoriedade da ocupação de 50% dos cargos em comissão por servidores públicos.
- **Fortalecimento dos mecanismos de controle social**, aumentando a capacidade operativa dos Conselhos Distritais de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e dos mecanismos de ouvidoria e auditoria no SUS, além da implantação dos Conselhos Locais de Saúde, a fim de ouvir, analisar e encaminhar as demandas e direitos dos usuários do SUS de Salvador.
- **Articulação da política de saúde com as demais políticas públicas**, desenvolvendo a política municipal de Promoção da Saúde de caráter intersetorial e induzindo mudanças de forma articulada no conjunto das políticas públicas tais como transporte,

emprego, educação, ambiente, cultura, esportes, segurança pública e desenvolvimento urbano, entre outras.

- Garantia do **financiamento estável**, através de maior investimento público e da elaboração de um plano de investimento para a expansão da rede pública de serviços de saúde, com financiamento interno e externo, transparência e controle dos gastos; pagamento regular aos fornecedores e prestadores de serviços contratados e conveniados.

- **Combate a todas as formas de iniquidade, discriminação (de raça, gênero, orientação sexual, classe social e faixa etária) e de corrupção** no sistema municipal de saúde.

O CEBES-BA reafirma a necessidade de que o (a) próximo (a) prefeito de Salvador e os vereadores que venham a ser eleitos se comprometam com o aperfeiçoamento e encaminhamento das propostas aqui apresentadas entendendo que é possível, hoje, através de um projeto de governo com prioridade clara para a Saúde atender a população soteropolitana em um SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade. Para isso é imprescindível no contexto atual a firme vontade política de assumir este compromisso: não serão toleradas omissões!

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES

Núcleo Bahia

www.cebex.org.br

cebex.bahia@gmail.com